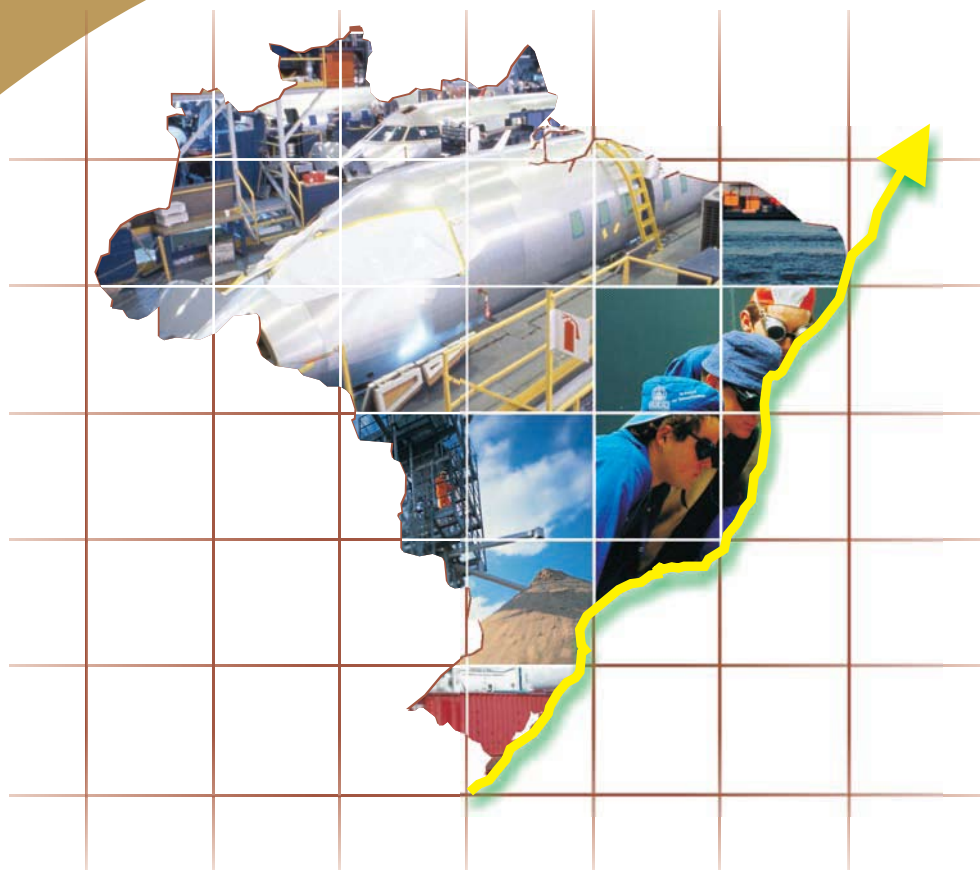


CONCLUSÕES DO
3º ENCONTRO NACIONAL DA

Indústria

 2008



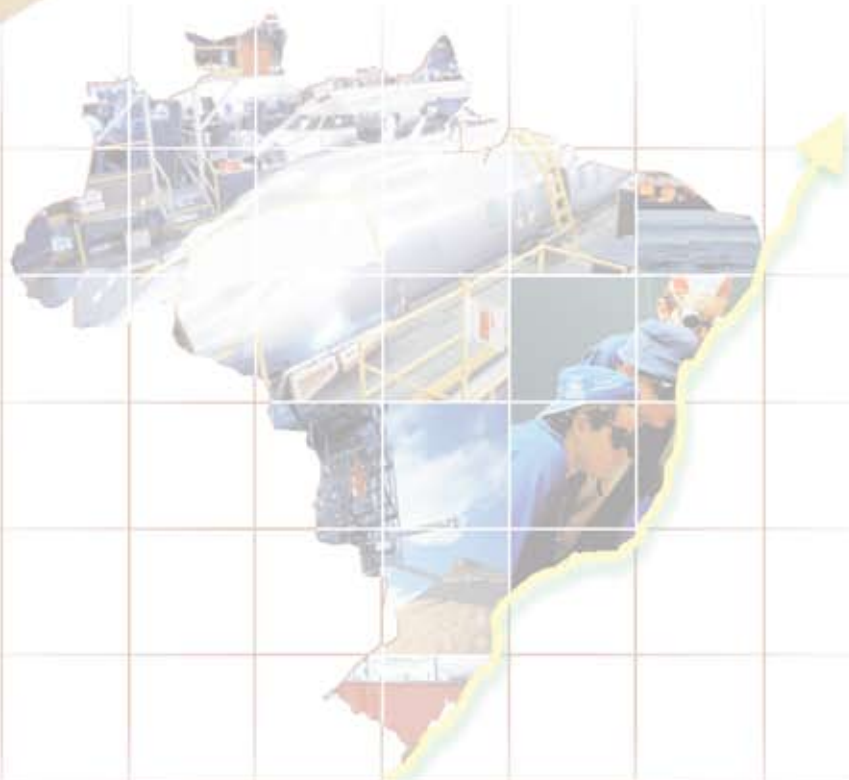
RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS

CNI 70 ANOS

CONCLUSÕES DO
3º ENCONTRO NACIONAL DA

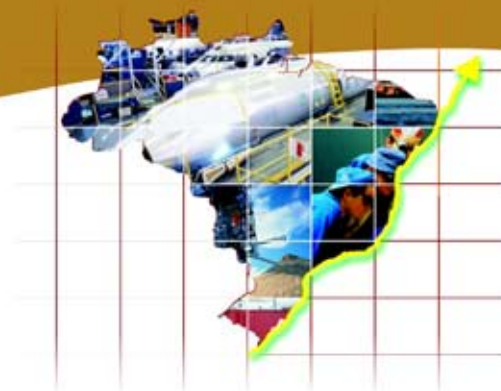
Indústria

 2008



RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS

CNI 70 ANOS



Sumário

Introdução 5

Tributação e os desafios para a indústria 9

1 Redução da carga tributária 10

2 Reforma tributária 12

3 Redução da burocracia tributária e dos custos acessórios 14

4 Desoneração do investimento 16

5 Assegurar direitos e garantias do contribuinte (código de contribuintes) 17

Inserção internacional da economia brasileira 21

1 Facilitação do comércio exterior 21

2 Redução dos custos de transporte no comércio do Brasil
com os demais países sul-americanos 23

3 Financiamento às exportações 24

4 Desoneração de exportações 26

5 Negociações comerciais 27

6 Internacionalização de pequenas e médias empresas 28

7 Política de desenvolvimento produtivo: internacionalização da economia 30

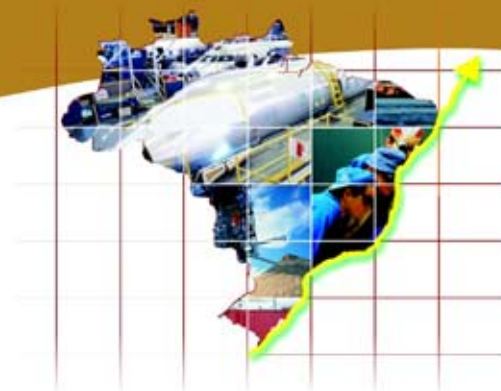
Infra-estrutura 33

1 Energia elétrica e gás natural 33

2 Agências reguladoras 35

3 Programa de aceleração do crescimento 36

4 Transportes 38



Inovação e produtividade na indústria 43

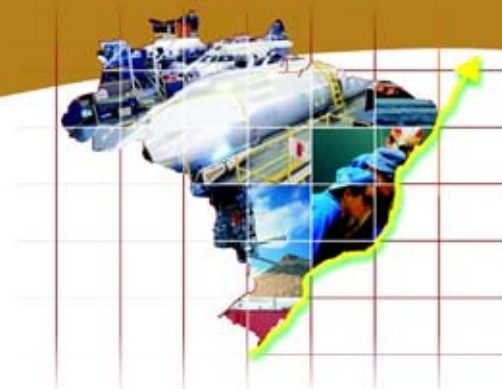
- 1 Instrumentos de apoio à inovação e à competitividade da indústria 44
- 2 Serviços tecnológicos para a indústria 45
- 3 Micro, pequenas e médias empresas nas políticas de desenvolvimento produtivo e tecnológico 46
- 4 Gestão da inovação 47
- 5 Combate à pirataria 49

Sistema trabalhista e impactos na competitividade industrial 53

- 1 Terceirização 53
- 2 Despesas de contratação 54
- 3 Conflito e insegurança jurídica nas relações do trabalho 55
- 4 Rotatividade 57
- 5 SST – NTEP e fAP, NRS e Gestão de SST 58

Meio ambiente 63

- 1 Compensação ambiental 64
- 2 Licenciamento ambiental 65
- 3 Política nacional de resíduos sólidos 66
- 4 Mudança do clima 67
- 5 Biodiversidade 68
- 6 Política nacional de recursos hídricos 69
- 7 Agenda institucional 70

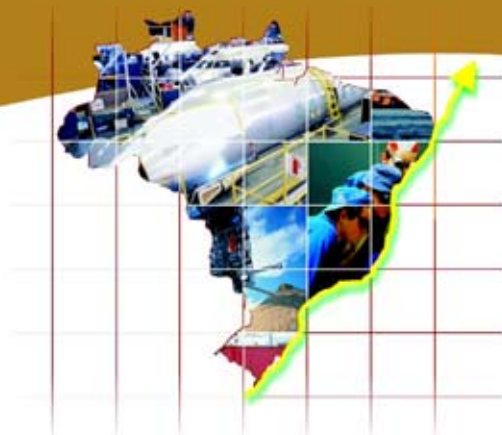


Introdução

Este documento é o resultado de um amplo processo de consulta realizado com as Federações estaduais de indústria e associações setoriais. Ele consolida as recomendações do 3º. Encontro Nacional da Indústria - ENAI, realizado nos dias 28 e 29 de outubro de 2008, em Brasília.

As conclusões das Sessões Temáticas do 3º. ENAI contidas nesta publicação são acompanhadas pela Carta da Indústria 2008.

TRIBUTAÇÃO E OS DESAFIOS PARA A INDÚSTRIA



DOCUMENTO DE TRABALHO

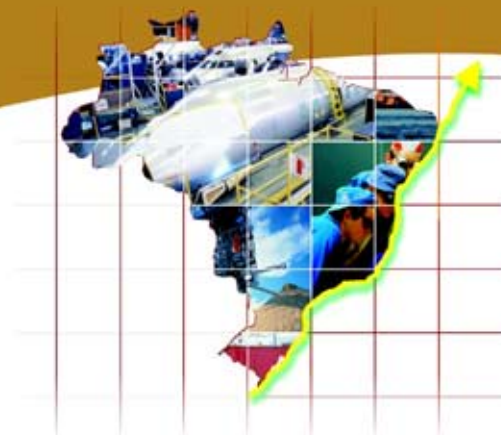
SESSÃO TEMÁTICA

TRIBUTAÇÃO E OS DESAFIOS PARA A INDÚSTRIA

A má qualidade do sistema tributário e o elevado volume de recursos por ele recolhido contribuem decisivamente para o baixo potencial de crescimento da economia brasileira.

Os problemas do sistema são muitos. A estrutura tributária é composta por um grande número de impostos e contribuições. A legislação complexa e a incidência cumulativa distorcem os preços relativos e provocam alocação menos eficiente dos recursos produtivos. Finalmente, o sistema onera os investimentos produtivos e não permite a completa desoneração das exportações.

Os efeitos negativos do sistema tributário são potencializados em função do montante de recursos por ele recolhido. A tributação no Brasil é excessiva e crescente. A carga tributária aumentou mais de 10 pontos percentuais nos últimos 15 anos. Passou de 25% do PIB em 1992 para 35,4 % em 2007.

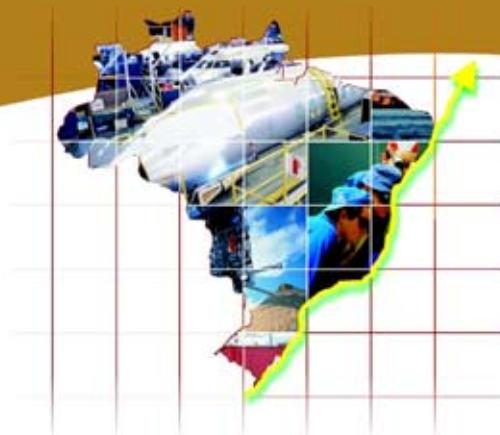


Reverter esta situação exige alterações profundas que criem um sistema tributário de qualidade, atualizado e orientado para o crescimento e a competitividade. Além disso, requer um efetivo controle do crescimento dos gastos públicos e um aumento da eficiência na aplicação dos recursos, de modo a proporcionar uma redução da carga tributária.

1 REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA

A carga tributária brasileira é excessiva e crescente. É também desproporcional ao nível da renda per capita do país, sendo muito maior que a suportada pelos nossos concorrentes diretos nos mercados globais – os países emergentes – o que reduz a competitividade de nossos produtos.

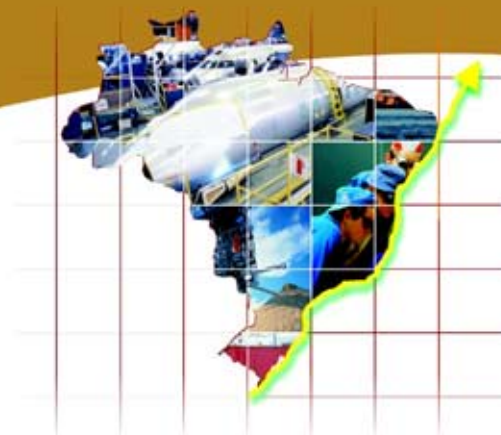
As razões para o crescimento da carga tributária estão na contínua expansão do gasto público. Com a necessidade de controlar o déficit, o setor público procura elevar suas receitas em resposta ao aumento dos gastos. Como não se percebe um esforço significativo no sentido de aumentar a eficiência na utilização dos recursos públicos, cada nova pressão pelo lado dos gastos é acomodada com elevação na carga tributária.



O desafio para a indústria está em mostrar as possibilidades de redução de gastos por meio de gestão mais eficiente dos recursos, com maior eficácia e focalização dos programas públicos; o que implica em reformas estruturais como a previdenciária e a gestão do Estado.

Recomendações

- Estabelecer limites aos gastos públicos de custeio, preservando os gastos de investimento – em especial na infra-estrutura.
- Estabelecer teto para a arrecadação tributária, em proporção do PIB, e escalonar redução gradativa da carga tributária geral, por meio da revisão das alíquotas dos tributos.
- Realizar a reforma da previdência social de modo a reduzir o crescimento das despesas com o sistema previdenciário.
- Reduzir a carga tributária sobre pequenas e microempresas, com a revisão anual dos limites de enquadramento no Simples Nacional, de modo a estimular a geração de emprego.
- Ampliar o limite de enquadramento para opção pelo regime do lucro presumido.
- Permitir a transferência de créditos tributários relativos ao ICMS por parte das empresas optantes pelo Simples Nacional.
- Ampliar o prazo de recolhimento dos tributos.
- Definir com clareza as incidências tributárias do ISS e do ICMS, de modo a evitar a bitributação.

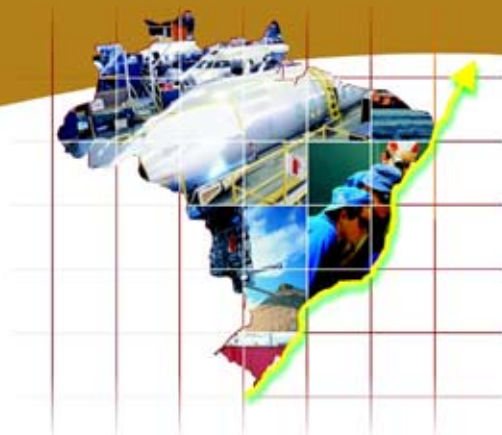


- Aumentar a eficiência da gestão pública e diminuir os custos da máquina administrativa pública, implantando um modelo de gestão que considere princípios de eficácia, custos e metas.
- Implementar mecanismos de melhoria do processo de elaboração e gestão do orçamento.
- Dar maior transparência na prestação de contas do setor público.
- Estimular o engajamento da população, por meio de campanhas de esclarecimento à sociedade, na busca da redução e fiscalização dos gastos públicos.

2 REFORMA TRIBUTÁRIA

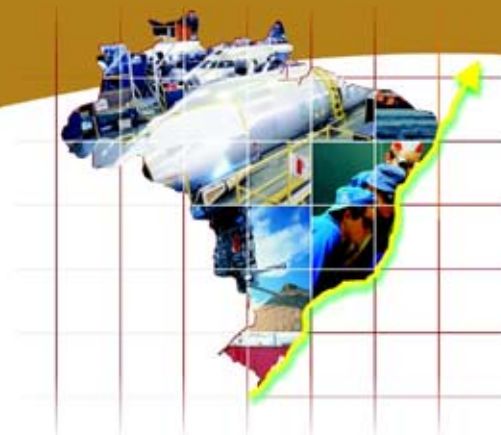
O Brasil precisa assegurar sua trajetória de crescimento sustentado. Para tanto é inadiável adequar a ultrapassada estrutura tributária brasileira às transformações econômicas ocorridas no Brasil e no mundo e adaptar nosso sistema às exigências de competitividade que a economia mundial impõe às empresas brasileiras.

O desafio da indústria é viabilizar a aprovação da reforma em discussão no Congresso Nacional, por meio da conscientização pró-reforma e de mobilização para sua aprovação. Tem também como desafio assegurar a implementação de uma legislação complementar que assegure a observância de seus princípios fundamentais.



Recomendações

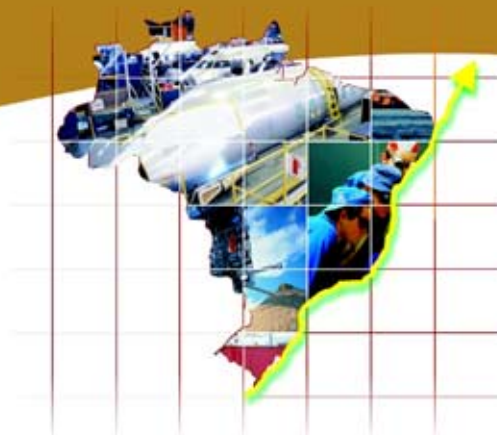
- Viabilizar a aprovação urgente de uma reforma tributária que atenda aos interesses maiores do País – em termos do crescimento, da produção e do emprego – compreendendo os seguintes princípios básicos:
 - Desoneração total do investimento e das exportações.
 - Simplificação da estrutura tributária, com redução do número de tributos.
 - Transparência na incidência, com a eliminação dos tributos cumulativos.
 - Assegurar ao contribuinte a segurança jurídica necessária aos negócios e ao investimento, promovendo a simplificação e estabilidade das normas tributárias.
- Assegurar o pleno direito ao uso dos créditos tributários, inclusive com a transferência a terceiros e ressarcimento em espécie, em especial dos relativos à exportação.
- Ampliação da base tributária, estimulando a eliminação da informalidade, o combate à sonegação e promovendo equidade tributária entre os contribuintes.
- Desoneração completa das exportações.
- Redução dos encargos sobre a folha de salários.
- Implementar a neutralidade tributária e determinar o fim da guerra fiscal predatória entre os entes federados.
- Implementar, simultaneamente com a reforma tributária, uma efetiva política nacional de desenvolvimento regional.



- Respeitar a capacidade contributiva do contribuinte, não exorbitando na fixação de alíquotas e obrigações acessórias.
- Proibição da inclusão do tributo em sua própria base de cálculo, eliminando a possibilidade da “cobrança por dentro”.
- Retirar do contribuinte o ônus (e a responsabilidade) de recolhimento do tributo de terceiros, eliminando o mecanismo da substituição tributária.
- Promover tributação diferenciada para produtos reciclados.
- Não promover a tributação diferenciada por setor de atividade.
- Promover a utilização de mecanismos tributários para estimular a inovação tecnológica.
- Promover a uniformização de normas e procedimentos tributários.
- Desburocratizar e simplificar o processo de utilização dos créditos tributários e implantar compensação imediata com o sistema eletrônico SPED.

3 REDUÇÃO DA BUROCRACIA TRIBUTÁRIA E DOS CUSTOS ACESSÓRIOS

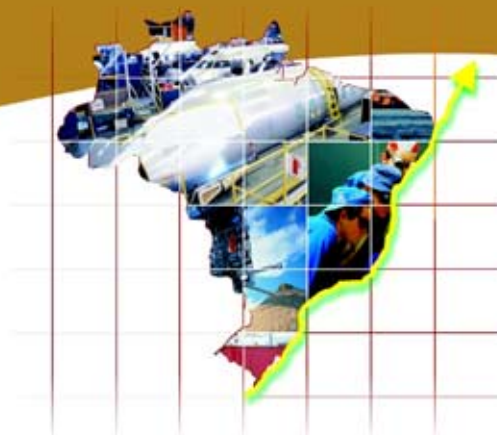
O sistema tributário é oneroso e complexo. A profusão de tributos – impostos, contribuições e taxas – causam problemas e é fonte de custos às empresas por exigirem obrigações acessórias excessivas aos contribuintes. As mudanças freqüentes de regras e normas trazem insegurança jurídica e prejudicam os negócios. As empresas de maior porte são obrigadas a manter departamentos próprios para cumprir as obrigações, enquanto as menores despedem recursos com serviços de terceiros. Ambos são fonte de custo e baixa produtividade.



O desafio para a indústria está em conscientizar a sociedade da urgente necessidade de promover expressiva simplificação na burocracia tributária e na implantação de sistemas modernos e eficientes de controle que exijam menores obrigações por parte das empresas.

Recomendações

- Avançar em um projeto de desburocratização com a revisão dos procedimentos burocráticos visando sua racionalização.
- Unificação de informações e cadastros.
- Avançar nos sistemas eletrônicos de controles fiscais, mas assegurando que a nota fiscal eletrônica e o sistema eletrônico de escrituração digital serão instrumentos de modernização da relação fisco-contribuinte e não meios de assoberbar o contribuinte.
- Simplificar a sistemática de controles tributários, dando clareza ao processo e ao sistema de normas.
- Aumentar o prazo de validade das certidões.
- Transformar o fisco de um órgão fiscalizador-punitivo para um órgão educador e formador de uma cultura do bom contribuinte.
- Simplificar e aglutinar tributos assemelhados e reduzir o excesso de obrigações tributárias.
- Reduzir os prazos de prescrição de comprovação de regularidade fiscal.



- Com a implementação do SPED, reduzir para dois anos os prazos de prescrição e decadência em matéria tributária.

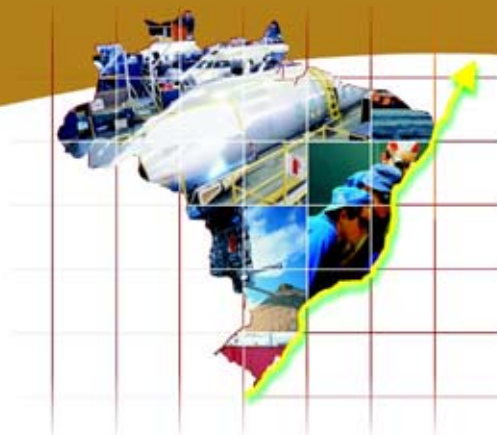
4 DESONERAÇÃO DO INVESTIMENTO

A elevada carga tributária sobre os bens de investimento é um obstáculo ao processo de investimento, a mola do crescimento sustentado. É indispensável reduzir o elevado custo do investimento fixo com a eliminação da oneração tributário sobre os bens destinados ao ativo fixo das empresas. Há diversos caminhos para a desoneração tributária do investimento: isenções tributárias, reconhecimento de créditos, reduções de alíquotas, depreciação acelerada, etc.

O desafio da indústria está em compatibilizar as agendas de avanço nesta questão. De um lado, avançar nas desonerações de forma independente da reforma tri (no curto prazo); e somar esforços para que a reforma tributária seja convergente com um modelo de desoneração total dos investimentos (longo prazo).

Recomendações

- Permitir o aproveitamento imediato dos créditos tributários de PIS, COFINS e ICMS provenientes da aquisição de bens destinados ao ativo fixo.
- Instituir mecanismos fiscais para o estímulo a investimentos em setores estratégicos.

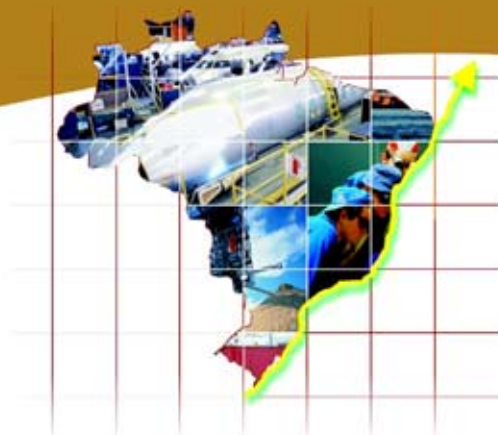


- Intensificar o mecanismo de depreciação acelerada.
- Permitir às pequenas e microempresas a recuperação de créditos tributários relativos ao investimento em ativo fixo.
- Definir formas de utilização de créditos tributários sobre bens destinados ao ativo fixo, por meio do instrumento de crédito presumido, para empresas que não se utilizam da forma de apuração pelo lucro real.

5 ASSEGURAR DIREITOS E GARANTIAS DO CONTRIBUINTE (CÓDIGO DE CONTRIBUINTES)

A estabilidade de regras, o conhecimento prévio e a relação de confiança entre contribuinte e o fisco é fundamental para a segurança jurídica e o estímulo aos negócios e ao investimento. Há, muitas vezes, uma relação assimétrica entre o contribuinte e o fisco. As obrigações dos contribuintes são devidas liminarmente, enquanto a observância dos seus direitos leva tempo. Essa assimetria acarreta insegurança jurídica, eleva os custos de conformidade e dificulta o ambiente de negócios.

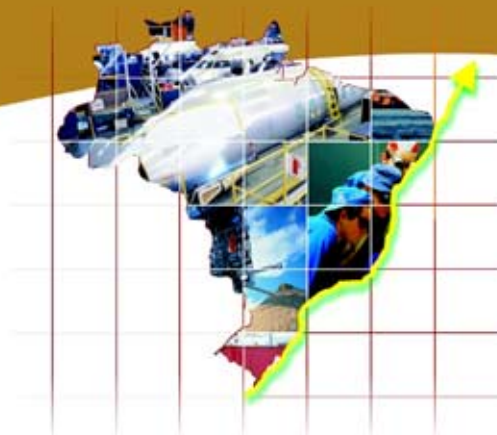
O desafio da indústria é procurar alterar este quadro, promovendo maior equidade na relação fisco-contribuinte. Uma ação concreta é viabilizar a aprovação do projeto de lei em discussão no Congresso Nacional de um novo Código dos contribuintes.



Recomendações

- Agilizar a aprovação do novo Código de Contribuintes em exame no Congresso.
- Trabalhar para a aprovação dos projetos de lei que garantam mais segurança ao contribuinte.
- Agilizar a execução de decisões já processadas em julgado.
- Promover ações que busquem dar maior equidade à relação fisco-contribuinte.
- Estabelecer regras claras de direitos e deveres na relação fisco-contribuinte, assegurando isonomia de tratamento.
- Assegurar ao contribuinte o princípio do contraditório e da ampla defesa, mitigando o poder de fiscais de declarar inidoneidade sem considerar as justificativas do contribuinte.
- Implantar maior celeridade nas respostas ao contribuinte.
- Valorizar a independência do Conselho de Contribuintes.
- Estabelecer regras de simetria entre penalidades impostas ao contribuinte e as impostas ao fisco.

INSERÇÃO INTERNACIONAL DA ECONOMIA BRASILEIRA



DOCUMENTO DE TRABALHO

SESSÃO TEMÁTICA

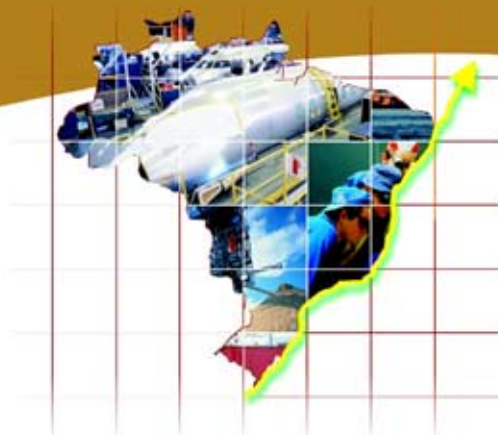
INSERÇÃO INTERNACIONAL DA ECONOMIA BRASILEIRA

O Brasil avançou em seu processo de inserção econômica internacional, ampliando a participação das empresas no comércio mundial e nos fluxos de investimentos diretos.

É nessa área que a economia brasileira enfrentará os maiores desafios nos próximos anos. Os mecanismos de transmissão da crise sobre a economia real no Brasil estão principalmente concentrados no comércio exterior. É necessário acelerar a implementação da agenda de competitividade e administrar as dificuldades conjunturais.

1 FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

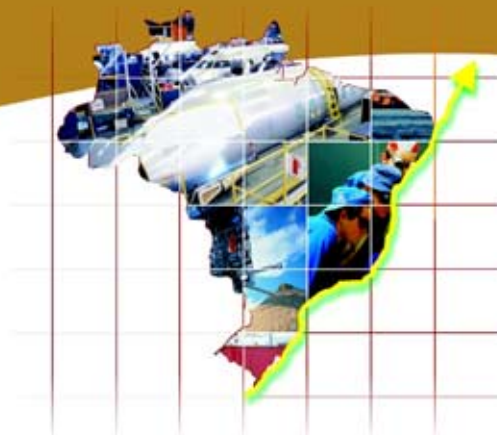
A burocracia aduaneira aparece, em diversas pesquisas realizadas pela CNI, como um dos principais entraves à expansão das exportações e à competitividade das empresas brasileiras. Os tempos de processamento das exportações e importações no Brasil são significativamente maiores do que a média internacional, gerando ineficiências e custos adicionais na cadeia e aumentando a necessidade de capital de giro das empresas. Além de afetar negativamente as empresas que atuam no comércio



exterior, esses entraves desestimulam a atração de investimentos dependentes de fluxos rápidos e previsíveis de entrada e saída no país de insumos e mercadorias.

Recomendações

- Simplificar os procedimentos aduaneiros.
- Aperfeiçoar os sistemas de compensação de créditos tributários para o ICMS e o IPI.
- Garantir a operação contínua e ininterrupta das aduanas.
- Unificar os horários de atendimento das diversas agências que interferem no desembaraço de mercadorias.
- Modernizar e simplificar a legislação brasileira de comércio exterior.
- Ampliar a aceitação de documentos eletrônicos e a padronização dos formulários exigidos pelos diversos anuentes.
- Incentivar a cooperação e o reconhecimento de controles únicos pelos diversos órgãos anuentes.
- Acelerar a implantação do sistema de emissão de certificados de origem digitais.
- Simplificar os regimes aduaneiros especiais.

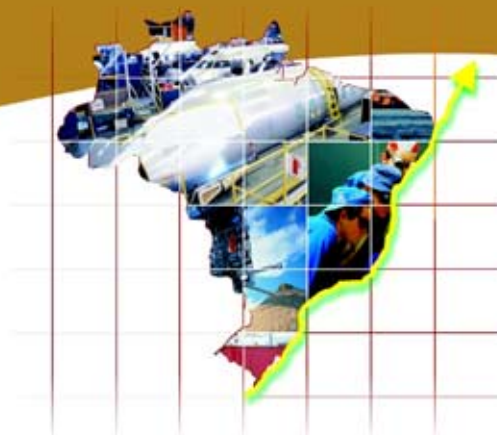


2 REDUÇÃO DOS CUSTOS DE TRANSPORTE NO COMÉRCIO DO BRASIL COM OS DEMAIS PAÍSES SUL-AMERICANOS.

A América do Sul é um destino importante para as exportações industriais brasileiras e essa importância vem crescendo nos últimos anos. As empresas brasileiras desfrutam de condições preferenciais de acesso a mercados nos países vizinhos, em função dos acordos de liberalização assinados no âmbito da ALADI. Mas a incidência dos custos de transporte sobre o valor do comércio é significativamente mais elevada do que a das tarifas. Além disso, os custos de transporte são mais elevados do que no resto do mundo em desenvolvimento, em função de diversos fatores, como a ineficiência portuária e aeroportuária e a falta de concorrência na oferta de serviços.

Recomendações

- Melhorar a qualidade da infra-estrutura portuária e aeroportuária utilizada pelos exportadores brasileiros.
- Investir no aproveitamento dos rios navegáveis, intensificando a exportação de cargas através de hidrovias.
- Ampliar a malha ferroviária e recuperar a malha rodoviária, interligando-as com as dos demais países da América do Sul.
- Promover a integração dos vários modais aos portos mais próximos do Cone Sul.

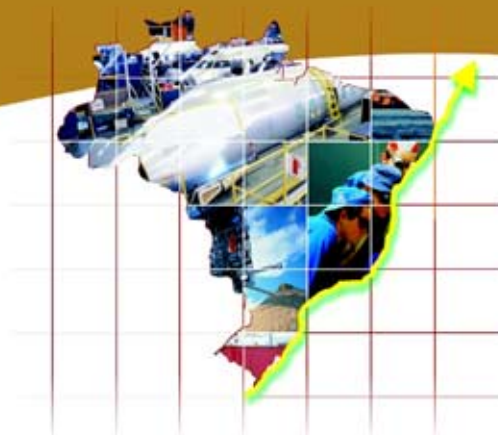


- Reduzir a burocracia e promover a integração dos diversos órgãos governamentais que operam nos terminais de transportes rodoviários, ferroviários, portuários e aeroportuários.
- Modernizar a infraestrutura de conexão com os países sul-americanos, dando prioridade aos projetos da IIRSA - Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana.
- Promover a adoção de um registro único de transporte rodoviário internacional na América do Sul.
- Negociar com os países vizinhos mudanças regulatórias que incentivem o aumento da oferta de serviços de transporte entre os países da região, incentivando a competição entre os ofertantes.

3 FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES

A crise financeira internacional tem como consequência imediata a maior dificuldade na obtenção de crédito de curto prazo. Na realidade, os problemas na área de financiamento às exportações não começaram com o agravamento da crise internacional. Em pesquisa recente da CNI, a dificuldade no acesso ao financiamento para exportação foi apontada como um dos principais entraves à expansão das exportações, sendo especialmente grave entre as empresas de menor porte.

A restrição de crédito gerada pela crise financeira atinge principalmente as linhas privadas, com especial destaque para as operações de ACC/ACE. Dado o elevado nível

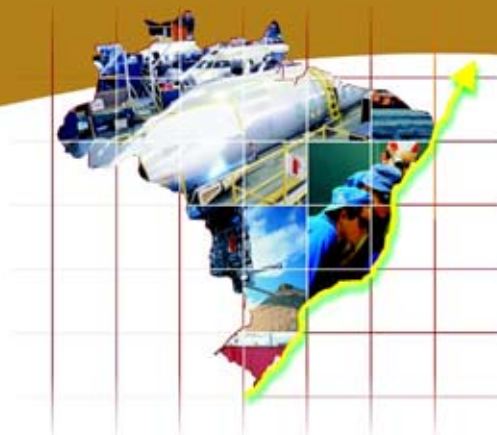


de utilização desse mecanismo pelas empresas exportadoras de todos os portes e das diferentes regiões do país, é preocupante a crescente dificuldade em se obter tais linhas de financiamento.

Do lado das linhas públicas de financiamento, as dificuldades de acesso ao crédito são tradicionalmente maiores entre as empresas de menor porte. Desconhecimento das modalidades de financiamento e dificuldades para atender às exigências de garantia constituem os principais obstáculos de acesso a essas linhas.

Recomendações

- Dar continuidade aos leilões de moeda estrangeira pelo Banco Central para financiamento às exportações, utilizando instrumentos variados e incentivando, na concepção dos instrumentos, a participação de um número expressivo de bancos.
- Desenvolver monitoramento rigoroso, pelo Banco Central, da aplicação dos recursos liberados para assegurar a efetiva utilização desses recursos em contratos de ACC.
- Ampliar os recursos destinados às linhas de financiamento oficiais para atender as empresas que não estão obtendo financiamento externo.
- Dar maior atratividade a essas linhas, através da redução de taxas e de simplificação de procedimentos, ainda que de forma temporária, pois mais de metade das empresas que conhecem as linhas de financiamento oficiais não tem interesse em utilizá-las.
- Ampliar o seguro de crédito à exportação.



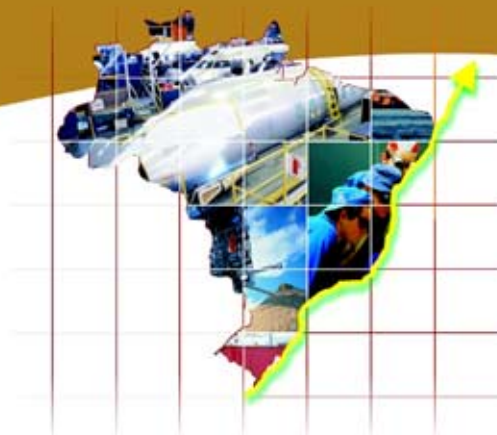
- Dar amplitude ao fundo de aval, inclusive nas operações de ACC e ACE.
- Flexibilizar o PROEX financiamento para ampliar sua capacidade de uso.
- Estudar novos mecanismos de fiança para apoiar a participação da indústria em concorrências internacionais.

4 DESONERAÇÃO DE EXPORTAÇÕES

Avanços importantes na desoneração de exportações ocorreram nos últimos anos. Entretanto, os problemas de acumulação de créditos persistem e se agravam. A falta de recursos orçamentários para a compensação aos Estados pela isenção do ICMS nas exportações gera ônus financeiro para as empresas que acumulam créditos não ressarcidos e reduz a rentabilidade. Essa situação desestimula o aumento das exportações.

Recomendações

- Tornar automático o uso do direito de créditos das empresas, mediante a liquidação direta, por parte da União, em favor dos credores efetivos – que são as empresas exportadores contribuintes, através da:
 - utilização integral dos créditos acumulados no pagamento de tributos federais; ou
 - aceitação, pela União, de certificados de crédito expedidos pelos Estados para pagamento dos tributos federais.

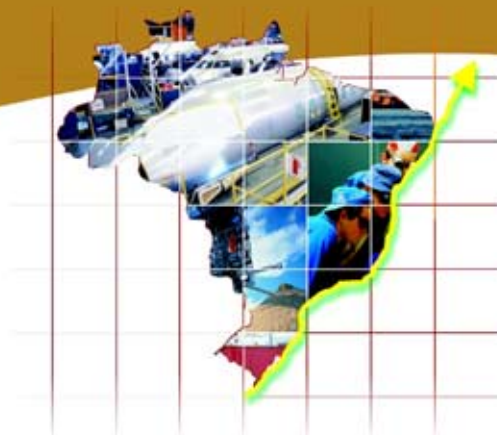


- Priorizar a solução do acúmulo de créditos futuros na reforma tributária, especialmente em seu período de transição.
- Ampliar o mecanismo de drawback verde-amarelo.
- Isentar do imposto de renda as remessas ao exterior de pagamentos relacionados às exportações (promoção comercial, custos relacionados ao REACH, etc...).

5 NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS

O ambiente em que ocorrem as negociações comerciais sofreu dois sucessivos golpes de porte nos últimos meses: o fracasso dos esforços para concluir a rodada de negociações multilaterais (Rodada Doha) e o agravamento da crise financeira internacional, que terá impactos significativos sobre a economia real.

Diante da deterioração no cenário das negociações, os maiores riscos para a indústria brasileira estão associados à proliferação de medidas protecionistas e de instrumentos de política que conflitem com as regras e disciplinas acordadas multilateralmente. O risco maior é que se inaugure um período de crise profunda do multilateralismo, dando lugar a um quadro dominado por medidas unilaterais, tensões e conflitos comerciais.

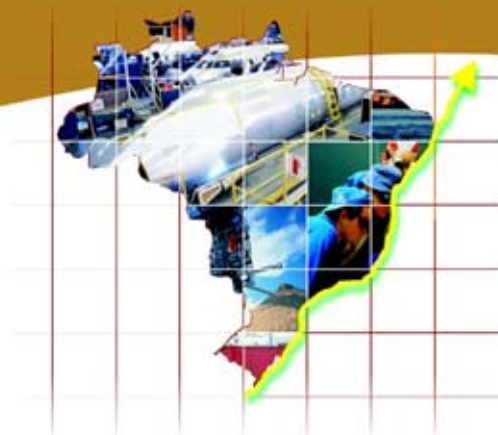


Recomendações

- Apoiar a intensificação dos esforços para lograr um acordo final na Rodada Doha, em linha com a posição do governo brasileiro de apoio ao “pacote Lamy”, de julho de 2008.
- Acompanhar as reações dos principais parceiros do Brasil aos efeitos da crise internacional sobre o comércio, identificando novas ameaças e defendendo os interesses do setor industrial brasileiro nos organismos internacionais apropriados.
- Intensificar esforços para lograr acordos comerciais na área de acesso a mercados com parceiros relevantes do Brasil.
- Estudar a possibilidade de ampliar o sistema de pagamento em moeda local para o restante da América do Sul.

6 INTERNACIONALIZAÇÃO DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

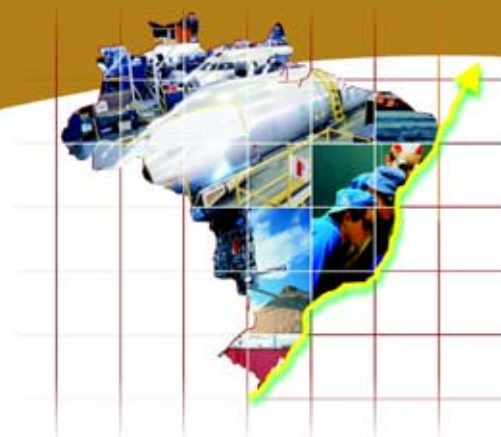
As pequenas e médias empresas são mais sensíveis às dificuldades impostas pela burocracia alfandegária, pelas restrições de acesso ao crédito e pela complexidade da legislação e das normas de comércio exterior. Iniciativas voltadas para facilitação de comércio, desoneração das exportações e redução dos custos de transporte contribuem para melhorar as condições de competitividade em geral, mas têm impacto decisivo na rentabilidade das MPEs.



Além das medidas de caráter horizontal, há outras que devem ser desenhadas especialmente para atender às necessidades específicas das MPEs em seu esforço de ampliar a base exportadora.

Recomendações

- Facilitar o acesso das micro, pequenas e médias empresas às linhas de crédito oficiais.
- Uniformizar o conceito de porte de empresa no âmbito das instituições oficiais de crédito.
- Ampliar os limites em termos de valor para o acesso das MPEs às operações simplificadas de exportações.
- Fomentar a criação de cooperativas, consórcios, arranjos produtivos locais e diversas formas de associativismo voltadas para exportações de MPEs.
- Incentivar a participação das MPEs em feiras e missões internacionais e promover rodadas de negócios.
- Intensificar e ampliar os programas da APEX para a promoção de produtos brasileiros no exterior.
- Aumentar a coordenação entre os diversos programas oficiais dedicados a fomentar e promover as exportações de MPEs.
- Promover a capacitação de empresários das MPEs para a atividade exportadora.
- Desenvolver iniciativas de preparação das MPEs para o mercado internacional.



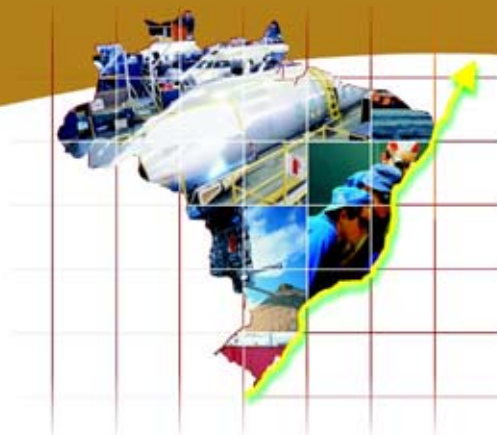
7 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO: INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA

A Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP definiu metas relacionadas ao aprofundamento da internacionalização da economia brasileira. Na área de exportação, as metas relacionam-se à ampliação da participação das exportações brasileiras no comércio mundial, ao crescimento do número de MPEs exportadoras e ao fortalecimento da imagem e marca dos produtos brasileiros nos mercados externos.

Recomendações

- Tratamento das metas relacionadas à internacionalização da economia como prioridade do PDP.
- Monitoramento efetivo e avaliação sistemática das metas do PDP relacionadas à internacionalização da economia.
- Difusão adequada junto ao setor empresarial das medidas do PDP adotadas no âmbito da internacionalização da economia.
- Integração aos programas do PDP de projetos voltados para a normatização e a certificação (inclusive relacionada aos requisitos de sustentabilidade) de produtos de exportação.

INFRA-ESTRUTURA



DOCUMENTO DE TRABALHO

SESSÃO TEMÁTICA

INFRA-ESTRUTURA

O crescimento sustentado da indústria não depende apenas da iniciativa e do esforço das suas próprias empresas, mas igualmente da eficiência global do País.

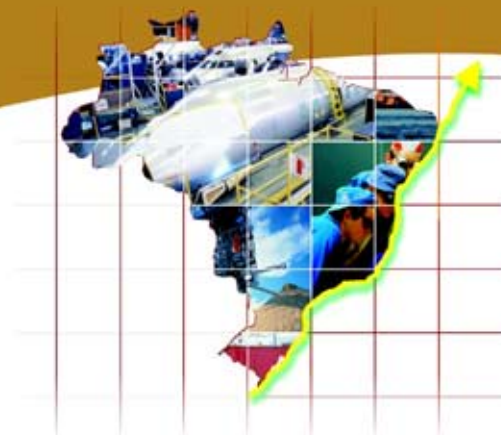
A insuficiência da infra-estrutura gera impactos importantes em toda a economia, aumentando a incerteza e os custos, e reduzindo a taxa de retorno dos investimentos.

No Brasil, existem sérios problemas na oferta dos serviços de energia elétrica, gás natural, portos, transporte de cabotagem e nos sistemas rodoviário, hidroviário e ferroviário. Esta situação compromete o esforço de adequação do setor produtivo aos padrões internacionais.

1 ENERGIA ELÉTRICA E GÁS NATURAL

Disponibilidade e modicidade tarifária

O custo da energia para o consumidor industrial tem crescido sistematicamente acima da inflação.

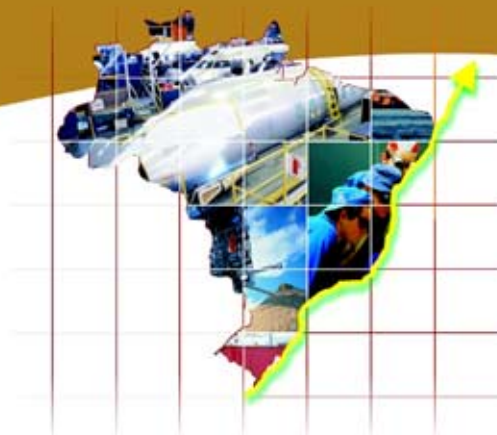


A disponibilidade de energia é um determinante da capacidade competitiva da indústria. É preciso assegurar que a indústria tenha acesso ao suprimento de energia com qualidade e preço que lhe garantam condições de competitividade nos mercados interno e externo. Inseguranças sobre a disponibilidade de energia e de seu nível futuro de preços postergam decisões de investimentos e desarticulam processos produtivos.

No setor de gás natural, além dos atuais problemas de fornecimento, ainda não existe um marco legal moderno que organize o mercado, estabeleça as condições para os diversos usos do produto e favoreça a atração de novos investimentos.

Recomendações

- Aumentar a oferta de energia hidrelétrica e da biomassa, e o suprimento de gás natural às termelétricas.
- Reduzir a carga tributária sobre o preço da energia elétrica, principalmente os encargos setoriais incidentes.
- Desonerar os novos investimentos para geração de energia elétrica.
- Estimular o uso das fontes alternativas competitivas de energia.
- Reduzir os prazos para a concessão do licenciamento ambiental e regulamentar o valor das compensações ambientais.
- Demarcar as áreas das bacias com potenciais aproveitamentos hídricos na Amazônia.



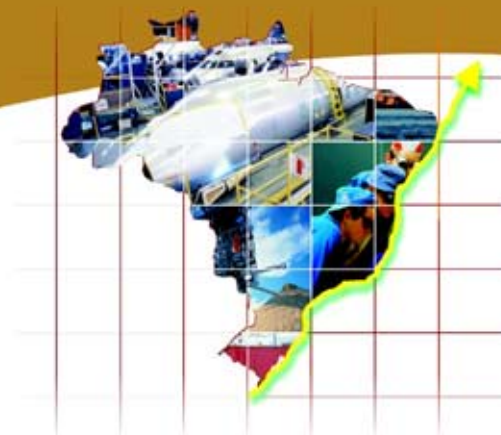
- Desenvolver capacitação tecnológica para a energia nuclear associada à implantação de novas usinas.
- Ampliar os investimentos em novas fontes de energia, principalmente renováveis (diversificação da matriz energética).
- Aprovar a Lei do Gás Natural nas bases estabelecidas na Câmara dos Deputados.
- Consolidar e ampliar o mercado livre de energia.
- Incentivar a conservação e a eficiência energética.
- Dar maior transparência e ampliar a participação da indústria nos processos de revisão tarifária.

2 AGÊNCIAS REGULADORAS

Estáveis e autônomas

As agências reguladoras são fundamentais para a expansão dos investimentos em infraestrutura e para a garantia dos direitos dos usuários desses serviços. Devem ser dotadas de: (i) independência decisória; (ii) autonomia financeira; (iii) delimitação precisa de suas funções; (iv) transparência na atuação; e (v) excelência técnica.

Regras claras e seguras geram confiança nos investidores. Um marco regulatório adequado, que garanta autonomia e eficiência para as agências reguladoras é fundamental para a atração de novos investimentos e para a modernização da infraestrutura brasileira.



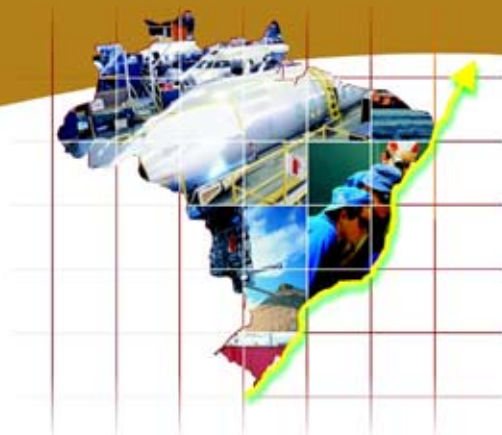
Recomendações

- Aprovar a PEC 81/03 (princípios para atuação das agências).
- Aperfeiçoar o PL 3.337/04 (lei geral das agências reguladoras).
- Definir claramente as competências de cada órgão regulador.
- Ampliar a independência administrativa das Agências Reguladoras.
- Adotar critérios técnicos e aumentar o nível de profissionalização de seus dirigentes.
- Dar maior transparência aos processos de decisão e regulamentação.
- Fixar prazos para o processo de regulamentação realizado pelas agências reguladoras.

3 PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

O PAC representa avanços importantes na transparência das ações e nos instrumentos de gestão para acompanhar e resolver os problemas. Apesar disto, o investimento público ainda não alcançou a velocidade e o volume esperado.

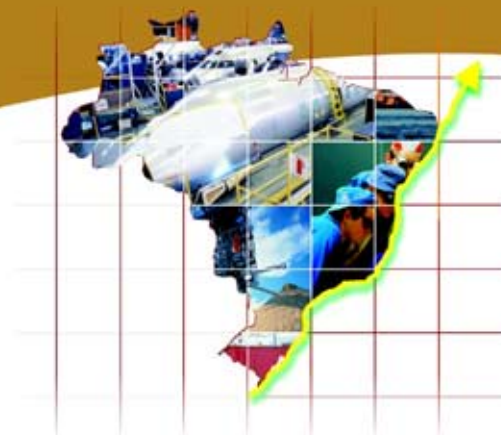
O sucesso do Programa depende diretamente do aumento da eficiência da máquina pública. Em várias áreas, em especial no setor de transportes, faltam equipes técnicas adequadas para propor e analisar estudos de viabilidade e projetos, visando a agilização das licitações de obras.



A superação do déficit em infra-estrutura não se dará sem a efetiva participação do investimento privado.

Recomendações

- Assegurar maior participação da iniciativa privada nos investimento de infra-estrutura.
- Utilizar o instrumento das Parcerias Público-Privadas (PPPs) na viabilização dos investimentos.
- Buscar maior eficiência na execução do orçamento da União assegurando a realização dos investimentos programados.
- Dar maior transparência e prioridade técnica no processo de escolha das obras do Programa.
- Agilizar a elaboração de projetos da área de infra-estrutura.
- Dar maior agilidade aos processos licitatórios.
- Criar novos mecanismos de financiamento do setor privado em projetos de infra-estrutura.
- Estimular a participação dos fundos de pensão nos investimentos de infra-estrutura.
- Reduzir prazos de pagamento das obras e serviços executados.



4 TRANSPORTES

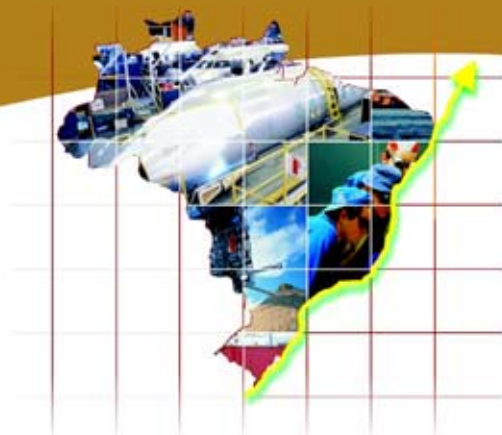
Importantes entraves a serem superados

Os principais problemas identificados no setor de transportes são: elevada deterioração da rede viária terrestre, dificuldades de acesso aos portos, ausência de planejamento e de políticas de integração modal, marcos regulatórios defasados, e modelo de gestão do Estado inadequado.

O efeito desta situação é a baixa eficiência dos serviços prestados pela malha de transporte ao setor produtivo nacional. Os custos de transporte no Brasil, em vários importantes trechos logísticos, são bastante superiores à média praticada no mercado internacional.

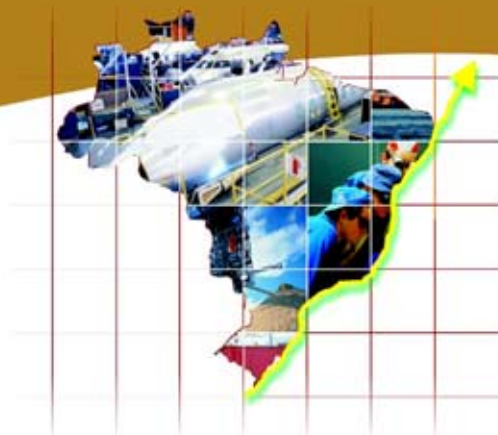
Recomendações

- Reestruturar o sistema de gestão na área dos transportes.
- Assegurar a participação de representantes dos usuários no CONIT – Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte.
- Modernizar as administrações portuárias públicas e buscar a profissionalização dos seus quadros.
- Realizar o saneamento financeiro das empresas portuárias públicas.
- Garantir a segurança jurídica para atrair novos investimentos privados ao setor portuário.



- Rever as resoluções da ANTAQ nºs 55/02 e 517/05, que tratam de arrendamentos de aéreas públicas e de outorgas de terminais portuários.
- Dar solução ao excesso de contingente de trabalhadores nos portos públicos.
- Agilizar os procedimentos aduaneiros e a atuação dos diversos órgãos públicos intervenientes nas operações portuárias.
- Eliminar as reservas de carga nos acordos bilaterais de navegação de longo curso.
- Incentivar a cabotagem e eliminar obstáculos a maior competição no sistema marítimo.
- Reestruturar as administrações hidroviárias e desenvolver o sistema de navegação interior.
- Definir soluções para a construção de eclusas juntamente com as barragens nos rios.
- Flexibilizar o monopólio das associações regionais de práticos.
- Reduzir os gargalos que impedem o aumento da velocidade média no transporte ferroviário.
- Aperfeiçoar a legislação sobre direito de passagem e tráfego mútuo no sistema ferroviário.
- Atualizar os planos diretores dos aeroportos, agilizar a expansão dos terminais e modernizar o aparelhamento do controle do tráfego aéreo.
- Privatizar aeroportos selecionados e aumentar a competição no setor.

INOVAÇÃO E PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA



DOCUMENTO DE TRABALHO

SESSÃO TEMÁTICA

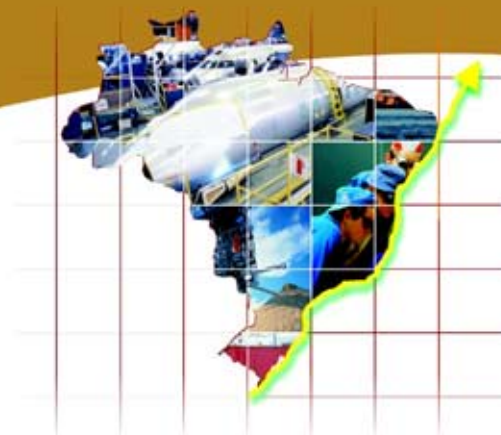
INOVAÇÃO E PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA

A agenda de inovação tem apresentado avanços. Persistem, porém, áreas que necessitam ser aperfeiçoadas.

44

Entre os principais problemas, está a dificuldade de acesso das micro e pequenas empresas aos instrumentos de apoio à inovação. A Lei do Bem, por exemplo, permite abater do Imposto de Renda os gastos com investimento em P&D. Esse benefício, no entanto, está restrito à parcela de empresas optantes do regime de apuração pelo lucro real – que representa apenas 8% do total das empresas no Brasil – e exclui as micro e pequenas empresas, geralmente optantes do regime de apuração pelo lucro presumido.

As grandes empresas também encontram dificuldade para usar os instrumentos de apoio à inovação. Um problema que se destaca é a falta de segurança jurídica. As empresas estão relutantes em buscar os benefícios das leis de incentivo à inovação (Lei de Inovação e Lei do Bem), por conta da ausência de normas administrativas claras para a implementação dessas leis.



1 INSTRUMENTOS DE APOIO À INOVAÇÃO E À COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA

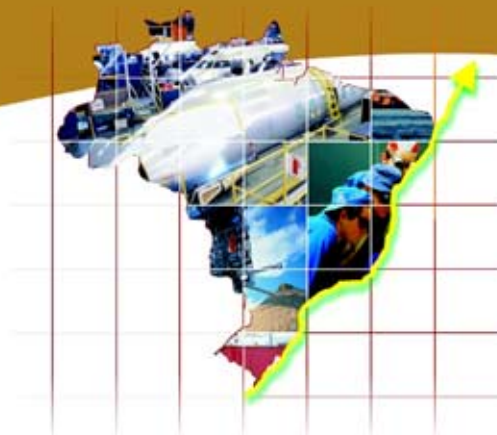
Uma série de instrumentos de apoio à inovação foi criada ao longo dos últimos anos, como subvenções econômicas para as empresas, incentivos fiscais, equalização de juros e programas de pesquisa cooperativos com universidades.

Entre os incentivos mais significativos, destacam-se os que permitem as deduções sobre o lucro real no Imposto de Renda e sobre a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), previstos na Lei do Bem. Esses instrumentos, todavia, têm sua aplicação restrita às empresas que utilizam o sistema de apuração de lucro real e excluem grande parte das micro, pequenas e médias empresas, optantes pelo regime de lucro presumido e beneficiárias do Simples.

A esse problema, adicionam-se outros como a complexidade dos processos e a burocracia envolvida para a obtenção de recursos públicos de apoio à inovação, a divulgação insuficiente dos instrumentos de apoio à inovação e as incertezas jurídicas resultantes de conflitos com legislações anteriores.

Recomendações

- Reduzir/eliminar as incertezas jurídicas relacionadas à aplicação dos instrumentos previstos na lei de Inovação e na lei do Bem.

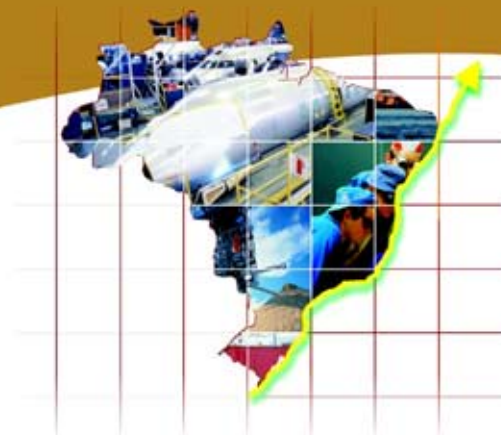


- Simplificar a burocracia e as exigências de garantias envolvidas nos processos de acesso das indústrias ao crédito e a outros mecanismos de apoio à inovação, principalmente para as empresas de médio e pequeno porte.
- Rever os incentivos à pesquisa e inovação da Lei do Bem para ampliar o número de empresas potencialmente beneficiárias, em especial as empresas que atuam no regime de lucro presumido e beneficiárias do Simples.

2 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS PARA A INDÚSTRIA

As empresas demandam crescentemente serviços tecnológicos, como testes, ensaios e avaliações de conformidade. Esses serviços são necessários para garantir a qualidade e a segurança dos produtos e a proteção do consumidor. Para tanto, exige-se um maior investimento em infra-estrutura laboratorial para a realização desses serviços ligados à metrologia, ensaios e testes.

O Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec), criado recentemente pelo MCT, prevê a organização de redes de entidades públicas e privadas atuantes na promoção da inovação e na realização de serviços tecnológicos para empresas. Entretanto, as micro e pequenas e médias empresas têm grande dificuldade para fazer uso desses serviços, seja por questões de custo ou de cultura empresarial que valorize esse tipo de investimento.

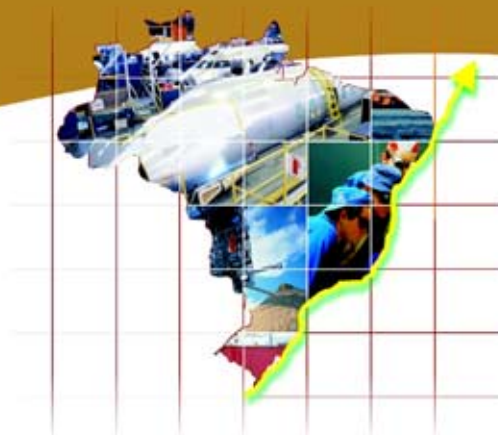


Recomendações

- Ampliar a oferta de serviços tecnológicos para as empresas industriais, com mais instituições na rede prestadora de serviços do Sibratec e com maior diversidade de serviços prestados.
- Fortalecer a inserção do SENAI nas redes prestadoras de serviço do Sibratec, nas áreas de metrologia, *design*, gestão, serviços laboratoriais tecnológicos e de engenharia e P&D&I.
- Destinar parte dos recursos de apoio ao investimento e à inovação para financiar e subsidiar os gastos das micro e pequenas e médias empresas com serviços tecnológicos.

3 MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E TECNOLÓGICO

É baixa a adesão das empresas de pequeno porte às políticas de desenvolvimento produtivo e tecnológico. Essa situação ocorre devido à falta de recursos e de qualificação para cuidar de toda a burocracia envolvida no processo de obtenção de recursos públicos para o investimento e para a inovação. As taxas, prazos e exigências de garantias e contrapartidas de muitos instrumentos são inadequados para a realidade das micro, pequenas e médias empresas.



Recomendações

Reduzir os entraves burocráticos da busca de financiamento e incentivos à inovação.

Ampliar os programas de capacitação de micro, pequenos e médios empresários para o acesso ao crédito e aos novos instrumentos de fomento à inovação.

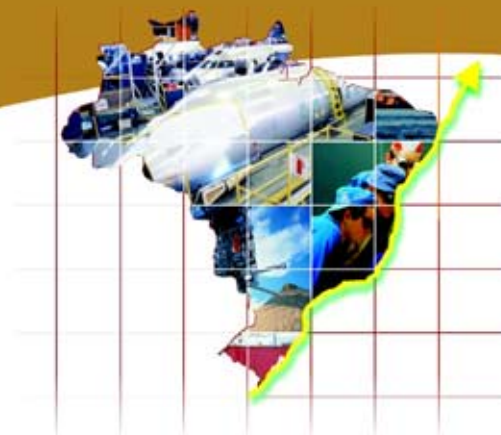
Rever as políticas voltadas para os micro, pequenos e médios empresários, com linhas de crédito e incentivos fiscais diferenciados para inovação (Lei do Bem, Lei de Inovação).

Desoneração total dos investimentos

Incentivar habitats de inovação, parques tecnológicos e incubadoras de empresas, cultura empreendedora e *start up* de base tecnológica.

4 GESTÃO DA INOVAÇÃO

Para alavancar a competitividade de empresas industriais, é preciso disseminar a cultura de inovação dentro das empresas, principalmente nas de pequeno e médio porte.



É fundamental que as empresas façam a gestão da inovação, processo que envolve a aplicação de metodologias de planejamento e gestão da inovação tecnológica, incluindo a questão da propriedade intelectual. Essas metodologias auxiliam na sistematização do desenvolvimento de novos produtos e processos, na identificação de oportunidades no mercado, na priorização de projetos e na otimização de tempo e na minimização de custos.

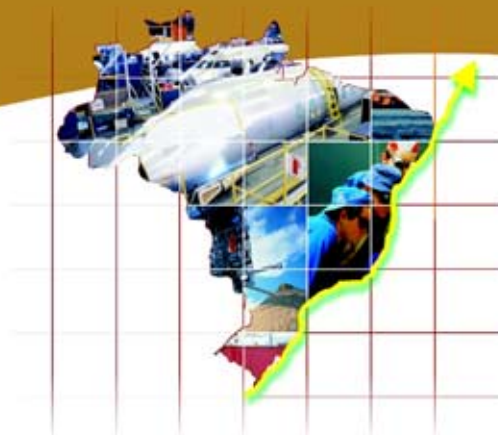
Recomendação

Fortalecer programas de sensibilização empresarial (marketing) para a importância da gestão da inovação na indústria

Disseminar ferramentas de gestão da inovação para as empresas.

Ampliar os programas de capacitação empresarial em gestão da inovação, especialmente no caso das médias e pequenas empresas.

Criar incentivos para as empresas investirem em gestão da inovação.



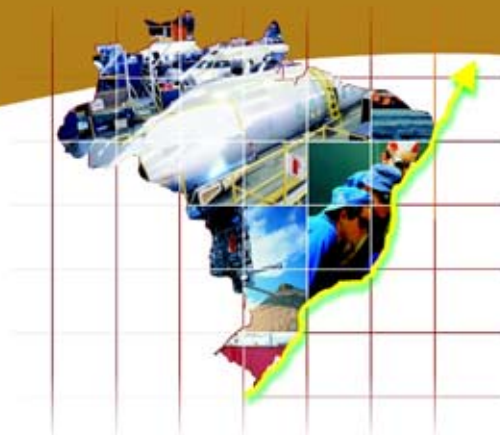
5 COMBATE À PIRATARIA

A pirataria é um sério obstáculo ao desenvolvimento da indústria e do país. Seu rápido crescimento, a diversificação para um número cada vez maior de produtos e a conexão com o crime organizado ameaçam as instituições e o bem-estar da população.

Recomendações

- Agilizar a aprovação de leis mais rigorosas contra a pirataria, a partir das proposições que estão em andamento no Congresso Nacional.
- Apoiar o processo de formalização de empresas, via diminuição de impostos e da burocracia administrativa.
- Reforçar as campanhas de conscientização de consumidores, destacando os diversos malefícios dessa atividade: o desemprego, a evasão de divisas, o aumento do crime organizado e os riscos à saúde e segurança do consumidor.

SISTEMA TRABALHISTA E IMPACTOS NA COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL



DOCUMENTO DE TRABALHO

SESSÃO TEMÁTICA

SISTEMA TRABALHISTA E IMPACTOS NA COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

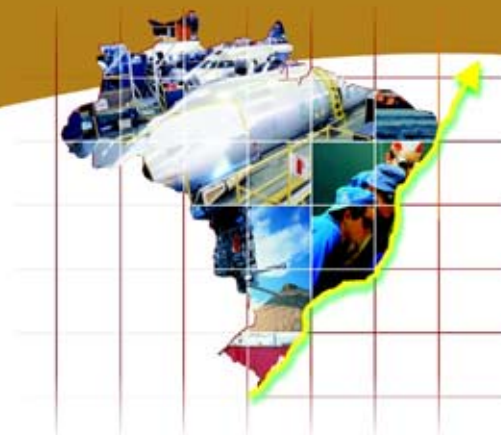
54

As instituições do trabalho – legislação, Justiça do Trabalho e organização sindical - necessitam ser ajustadas às transformações tecnológicas, de gestão empresarial e da organização do trabalho. As iniciativas de reforma foram inconclusas, sendo necessária a disposição dos atores para o diálogo social, fundamental para a promoção de avanços.

É preciso aperfeiçoar a legislação de modo a garantir proteção e condições dignas ao trabalhador e segurança jurídica para as empresas.

1 TERCEIRIZAÇÃO

A terceirização tem importância crescente na gestão das empresas. A ausência de regulamentação gera insegurança jurídica para empresas e desproteção para trabalhadores.



A terceirização diferencia-se da intermediação de mão-de-obra; refere-se à contratação de serviços e não de recursos humanos. Sem esse tipo de contratação, a economia perde eficiência e empregos.

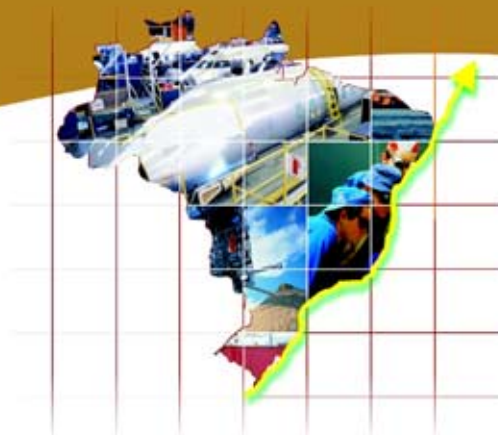
Recomendações

- Promover a regulamentação urgente, garantindo proteção aos trabalhadores e segurança jurídica para as empresas. É fundamental que a nova legislação não contenha ou gere imprecisões na sua aplicação.
- Permitir a terceirização de serviços inerentes a qualquer atividade da contratante, sem a inadequada distinção entre atividade meio-fim, e proteger trabalhadores e contratantes de prestadores de serviços inidôneos.

2 DESPESAS DE CONTRATAÇÃO

As despesas de contratação no Brasil são muito elevadas em razão da incidência direta de várias contribuições e dos custos de demandas judiciais que resultam da complexa legislação. Essa legislação não é clara nem adequada à contratação de recursos humanos na forma de pessoa jurídica, trabalho cooperado, trabalho por tarefa, e outros.

O peso dessas despesas é maior nas pequenas e microempresas. O Supersimples reduziu a burocracia e a carga tributária e previdenciária, mas não alcançou a área



trabalhista, onde poderia ter reflexos muito positivos na geração de empregos e formalização.

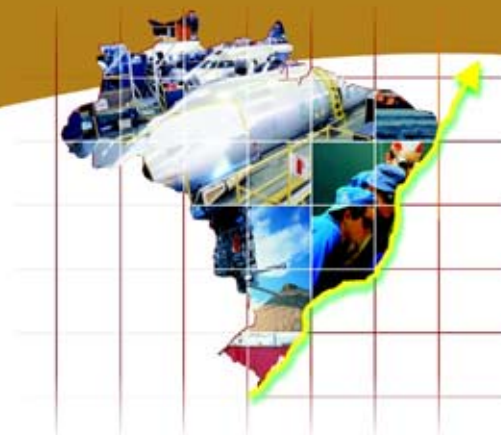
Recomendações

- Reduzir os encargos sociais da folha de pagamento, em especial para as micro, pequenas e médias empresas, criando um “simples trabalhista”.
- Reduzir encargos sobre a folha contemplando situações específicas, tais como contratação do 1º emprego, período de experiência, contratos por tempo determinado de até um ano e por conta própria.
- Construir políticas para desburocratizar o processo de contratação do trabalhador e incentivar o aumento da contratação de pessoal.
- Permitir o enquadramento do prestador de serviços autônomo no SIMPLES Nacional.

3 CONFLITO E INSEGURANÇA JURÍDICA NAS RELAÇÕES DO TRABALHO

O arcabouço legal-regulatório no Brasil para as relações do trabalho estimula o conflito e aumenta os custos para as empresas e para a sociedade.

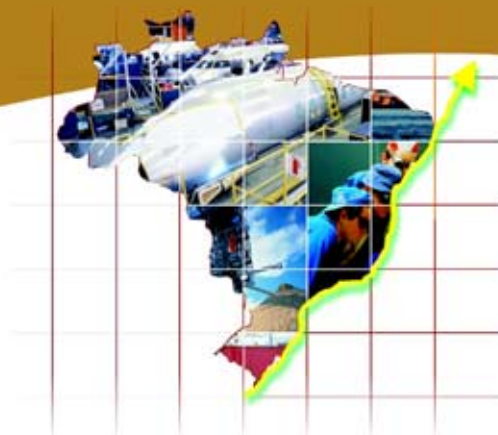
A legislação, ancorada na CLT, não acompanhou o avanço dos processos produtivos e a dinâmica tecnológica, fazendo com que os novos modelos de organização da produção sujeitem as empresas à insegurança jurídica e os trabalhadores à falta de proteção.



Parte das mudanças introduzidas na legislação deixa espaço para interpretações diversas, gerando incertezas.

Recomendações

- Promover a modernização e simplificação da legislação trabalhista, ampliando tratamento diferenciado para PME's, sem prejuízo de garantias de direitos essenciais dos trabalhadores.
- Aperfeiçoar a legislação trabalhista focando a eliminação de vácuos e ambigüidades reduzir a insegurança jurídica e evitar a necessidade do Judiciário atuar como legislador positivo nas questões. Desenvolver ações imediatas em matérias que dependa apenas do Executivo e encaminhar as proposições pertinentes ao Legislativo.
- Desenvolver processo educacional para difundir conhecimento sobre a realidade empresarial e garantir o efetivo exercício da justiça nas demandas judiciais trabalhistas.
- Desenvolver iniciativas para que a atuação do fiscal do trabalho tenha caráter mais educativo e estabelecer regras claras que não dêem margem a interpretações da legislação.
- Aperfeiçoar a legislação para permitir novas modalidades de contrato de trabalho, mais flexíveis, que contemplem as novas tecnologias e que considerem as peculiaridades dos setores.
- Estimular na legislação o acordo entre as partes, garantindo sua prevalência.
- Melhorar legislação em aspectos como ampliação do valor e do espaço de negociação coletiva.



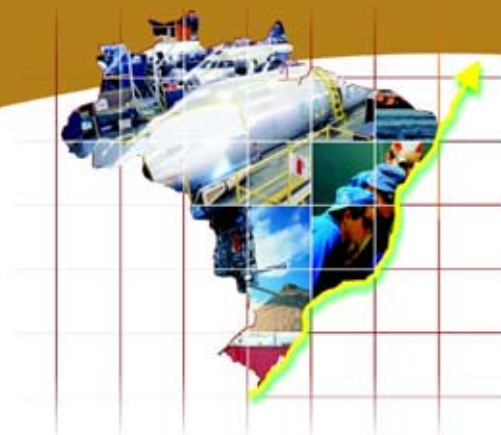
- Incentivar a criação e implantação das comissões de conciliação prévia e definir instrumentos públicos de financiamento.
- Regulamentar o instituto da Substituição Processual.
- Aperfeiçoar a regulamentação de aprendizes, com o objetivo de deixar claro a base de cálculo e criar mais incentivos às contratações.
- Definir políticas de formação e de incentivo para garantir a possibilidade de inserção profissional dos deficientes no mercado de trabalho, com regulamentação mais adequada, que considere as realidades dos empregados, das atividades produtivas e de cada estado.

4 ROTATIVIDADE

A combinação das regras do FGTS com as do seguro-desemprego tem induzido à elevação da rotatividade. Isso tem gerado perda de produtividade e despesas para as empresas e para o erário público.

Recomendações

- Estabelecer o aviso prévio proporcional ao tempo de empresa, até o limite de 30 dias.
- Revisar a indenização sobre o valor do FGTS na demissão para estabelecer gradação de percentual, em função do tempo do empregado na empresa, e extinguir o adicional de 10%.



- Aperfeiçoar os critérios de concessão do seguro desemprego.
- Criar condicionalidades para o recebimento do seguro-desemprego associadas a exigências de capacitação.

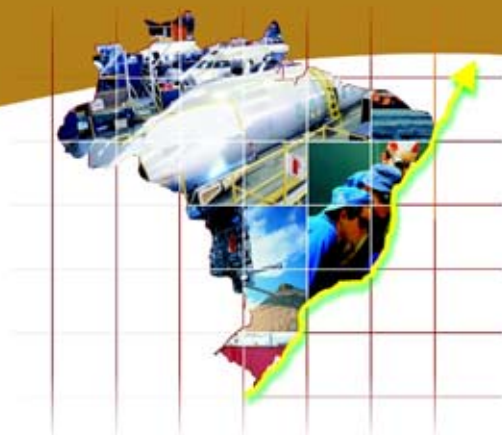
5 SST – NTEP E FAP, NRS E GESTÃO DE SST

A gestão de Segurança e Saúde do Trabalho (SST) é fundamental para as empresas, pois protege os trabalhadores e tem reflexos na produtividade e competitividade empresarial.

A política de SST é marcada por normas e regulamentos numerosos, complexos, burocráticos e de complexa gestão por parte das empresas. A ausência de um processo educacional direcionado a empresários e trabalhadores e de estímulos para ações preventivas de SST, conduz a uma concepção penalizadora e burocrática, que não atinge o resultado desejado: a proteção do trabalhador.

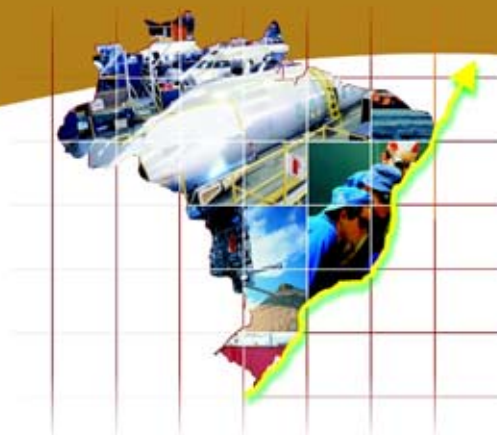
Recomendações

- Investir em políticas de comunicação e educação em SST para capacitar empresários e empregados, com maior divulgação da legislação, de informações e de orientações às empresas.
- Revisar as Normas Regulamentadoras (NRs) com o objetivo de simplificá-las, desburocratizá-las e facilitar sua aplicação.



- Simplificar o processo de gestão de SST nas empresas, com tratamento diferenciado para micro e pequenas.
- Migrar a legislação e fiscalização de SST da cultura da punição para cultura pedagógica da orientação, informação e treinamento.
- Criar políticas que conduzam à redução de custos nos investimentos em SST, seja em aquisição de equipamentos de proteção ou na implantação de programas de gestão em SST.
- Ajustar o FAP para que efetivamente beneficie empresas que investem em SST;
- Revisar a metodologia e a base conceitual do NTEP para evitar caracterizações injustas e inadequadas.
- Promover campanhas públicas para orientar empresas em relação ao NTEP e FAP.

MEIO AMBIENTE



DOCUMENTO DE TRABALHO

SESSÃO TEMÁTICA

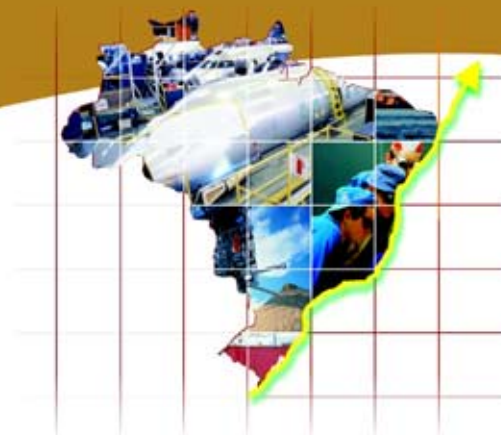
MEIO AMBIENTE

Um marco regulatório adequado em meio ambiente é essencial para induzir o desenvolvimento sustentável. Permite criar condições favoráveis ao crescimento do País com respeito ao meio ambiente e desenvolvimento social.

Uma regulamentação ambiental adequada é fundamental para gerar confiança nos investidores. Estes necessitam normas estáveis e objetivas, bem como definições claras e precisas das atribuições e competências dos órgãos ambientais.

Atualmente, investimentos com forte impacto no potencial de crescimento do país são adiados ou mesmo abandonados em razão da insegurança jurídica e da morosidade que marcam a atuação do poder público na área ambiental.

A indústria tem uma agenda positiva para o aperfeiçoamento do marco regulatório na área de meio ambiente e a síntese dessa agenda é o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável.

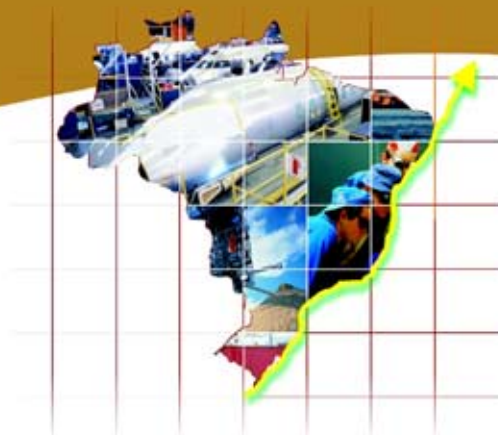


1 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

A legislação atual deixa ao arbítrio do órgão ambiental licenciador a fixação do valor da compensação ambiental. Essa indefinição gera insegurança para os empreendedores que ficam sujeitos a exigências, muitas vezes inadequadas, e a critérios pouco objetivos. A recente decisão do Supremo Tribunal Federal ampliou ainda mais a incerteza sobre o cálculo da compensação ambiental, que se espera seja sanada quando do pronunciamento final relativo aos embargos de declaração interpostos. A viabilidade e o planejamento dos empreendimentos ficam potencialmente comprometidos sem a definição do piso máximo aplicável como pagamento da compensação, sua base de cálculo e metodologia correspondentes.

Recomendações

- Manifestação urgente do Supremo Tribunal Federal sobre os embargos para esclarecer os efetivos contornos da decisão na ADIN apresentada pela CNI.
- Estabelecer o teto máximo para a compensação ambiental em 0,5% sobre os investimentos que causem impactos negativos não mitigáveis.
- Definição de nova base de cálculo e metodologia para aplicação da compensação ambiental.
- Estabelecer que o pagamento da compensação se faça somente após a emissão da licença de operação.
- Transparência na aplicação dos recursos.



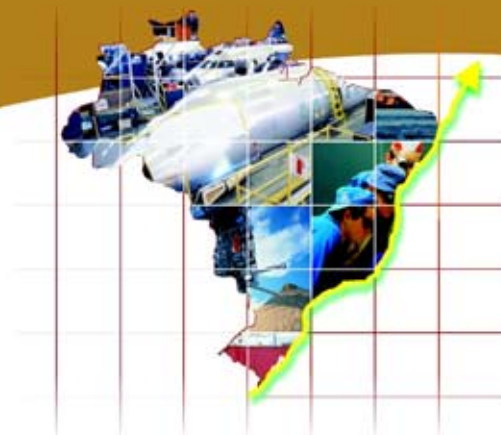
- Os recursos advindos da compensação ambiental devem ser despendidos prioritariamente na regularização fundiária das unidades de conservação.

2 LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Há um conflito de competências entre os entes da Federação em relação ao licenciamento ambiental. Isto gera insegurança jurídica para os empreendedores e induz à judicialização dos licenciamentos, impactando os custos dos investimentos. A repartição de competências administrativas, de forma clara e precisa, é fundamental para viabilizar uma atuação pública eficiente na aplicação de instrumentos da gestão ambiental. A indústria defende que o licenciamento ambiental seja realizado em um único nível de competência.

Recomendações

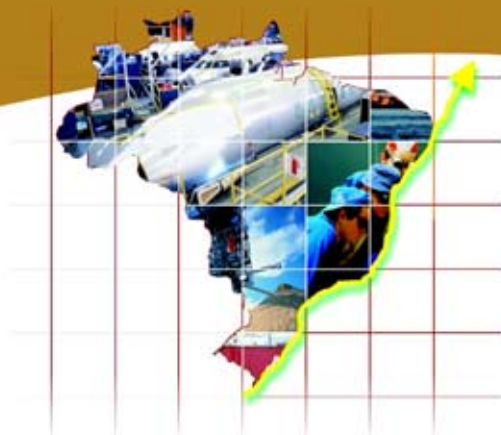
- Regular o Art. 23 da Constituição Federal a fim de definir a competência dos entes federados para licenciar.
- Eliminar os conflitos de competência entre União, Estados e Municípios adotando o critério da territorialidade para a identificação da competência do licenciamento.



- Rejeitar a utilização do grau de impacto ambiental para a definição de competência por ser critério subjetivo e de pouca previsibilidade para o empreendedor.
- Rever as etapas e os prazos de validade das licenças ambientais e sua renovação para induzir a uma gestão ambiental mais eficaz e reduzir os custos e a burocracia do sistema.
- Garantir recursos adequados para os órgãos licenciadores, promovendo a capacitação de seus quadros.
- Promover a padronização dos termos de referência dos órgãos licenciadores.
- Reconhecimento das certificações ambientais e dos programas voluntários ambientais como elementos diferenciadores no processo de licenciamento.

3 POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A ausência de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos permite a proliferação de várias normas infra-legais setorializadas, que não guardam consistência entre si, e legislações estaduais e municipais que, muitas vezes, não são integradas. A Política Nacional de Resíduos Sólidos deve sistematizar as ações sobre recolhimento, tratamento, destinação e disposição final dos resíduos no sentido de evitar riscos de contaminação do meio ambiente e, ao mesmo tempo, criar novas oportunidades de desenvolvimento econômico e de inclusão social. A indústria defende a definição clara e precisa das responsabilidades dos setores público e privado e dos consumidores na



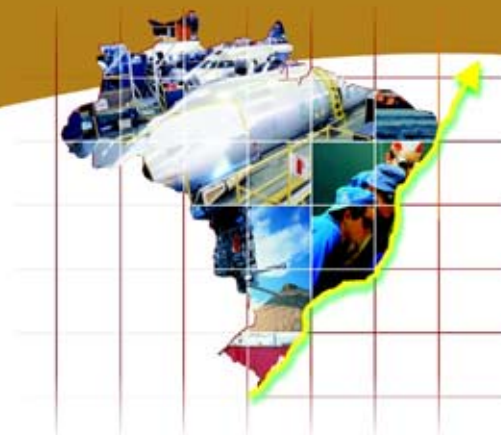
gestão dos resíduos sólidos. A adoção do princípio da responsabilidade compartilhada é essencial para a efetividade da política.

Recomendações

- Promover na Política Nacional de Resíduos Sólidos a individualização e o encadeamento de responsabilidades entre todos os entes da cadeia.
- Adotar na PNRS a definição de gerador de resíduos como aquele que descarta um bem ou parte dele.
- Criar instrumentos econômicos positivos para otimizar a utilização dos resíduos como materiais reaproveitáveis e reduzir a produção de resíduos finais (inservíveis), fomentando o uso de tecnologias limpas.
- Incentivar práticas de coleta seletiva e educação ambiental.

4 MUDANÇA DO CLIMA

A implantação no Brasil de uma Política Nacional de Mudança do Clima é uma iniciativa positiva e há várias ações voluntárias do setor privado que contribuem para o seu objetivo. O princípio de responsabilidades comuns mas diferenciadas deve continuar a nortear a posição brasileira nas negociações internacionais para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa.

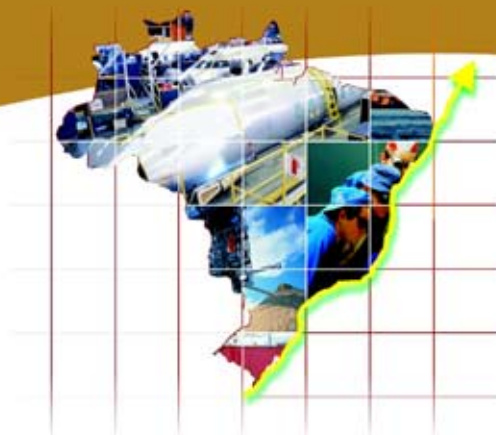


Recomendações

- Garantir o princípio de “responsabilidades comuns, mas diferenciadas” no posicionamento brasileiro nas negociações internacionais relativas à redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE’s), para o próximo período de compromissos pós 2012.
- Apoiar o posicionamento do governo brasileiro pela não adoção de metas obrigatórias de emissão de gases de efeito estufa (GEE’s) para os países em desenvolvimento, no próximo período de compromissos pós 2012.
- Assegurar a participação da indústria na construção do Plano Nacional de Mudança do Clima, que deve ter como um de seus objetivos centrais a valorização da matriz energética brasileira como diferencial positivo do país e um compromisso permanente com a competitividade.
- Estimular o desenvolvimento do mercado de carbono.
- Reforçar a implantação de programas de eficiência energética.
- Desenvolver a utilização de novas fontes de energias alternativas.

5 BIODIVERSIDADE

O atual Código Florestal Brasileiro data de 1965. Ao longo das últimas décadas, fatores de ordem institucional, econômica e social vêm limitando a efetiva implementação e fiscalização das Áreas de Preservação Permanente e das Reservas Legais. Por outro



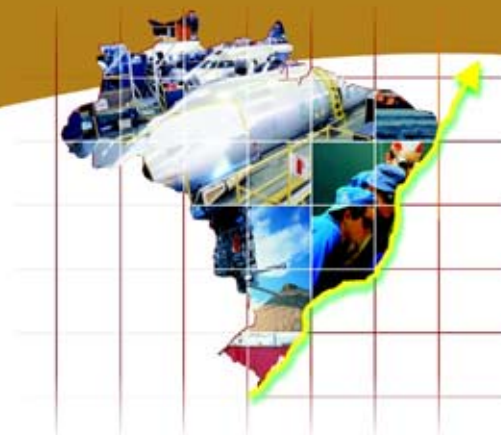
lado, a MP 2186-16/2001 também requer aperfeiçoamentos. O uso sustentável dos recursos genéticos representa uma importante oportunidade para o desenvolvimento de indústrias com forte apoio no conhecimento e na inovação e fortalece as estratégias de manutenção das “florestas em pé”.

Recomendações

- Revisar o Código Florestal para adequá-lo às novas práticas de conservação e aos desafios do desenvolvimento sustentável, contemplando a complexidade e as diversidades ambientais e socioeconômicas regionais.
- Rever os instrumentos de implementação da Reserva Legal Florestal.
- Criar e promover mecanismos para valoração econômica da “floresta em pé”.
- Implantar uma política nacional de acesso aos recursos genéticos, que estimule o seu uso sustentável e gere a adequada repartição dos benefícios.

6 POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

O uso adequado da água é tema central do desenvolvimento sustentável. O modelo proposto para gestão das receitas provenientes da cobrança pelo uso da água é um avanço. É preciso, contudo, aprimorar seu processo de gestão de forma a observar que a cobrança pelo uso da água atenda o princípio da razoabilidade e as prioridades da Política Nacional de Recursos Hídricos.



Recomendações

- A cobrança pelo uso da água deve ser precedida da outorga de direito de uso e plano de recursos hídricos e ser implementada de forma gradual, abrangendo tanto os setores privados como públicos.
- A cobrança pelo uso da água deve ter como base a avaliação da disponibilidade dos recursos hídricos e os estudos econômicos que comprovem os impactos resultantes nos diversos setores.

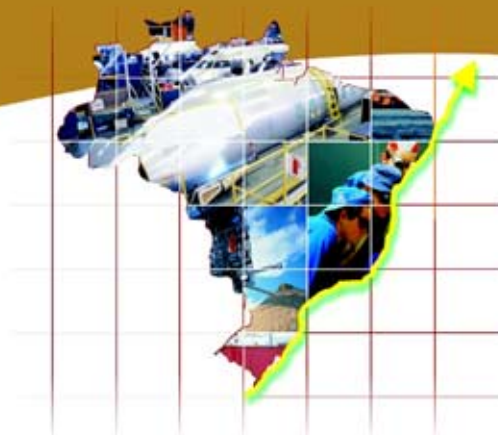
7 AGENDA INSTITUCIONAL

A indústria se faz presente em inúmeros conselhos de formulação de políticas ambientais, bem como em diversos foros de debates sobre o tema.

Faz-se necessário proceder a uma profunda reformulação das instâncias de consulta e deliberação, para tornar a participação da indústria mais efetiva.

Recomendações

- Reavaliar a estrutura e composição dos conselhos normativos e deliberativos, com o objetivo de estabelecer a paridade na representação dos segmentos (governo, setor produtivo e sociedade civil).



- Ampliar mecanismos de diálogo entre as diversas instâncias do poder público com setor produtivo, objetivando aprimorar a legitimidade e a transparência das ações necessárias à inserção do setor privado na lógica do desenvolvimento sustentável.

REALIZAÇÃO:

CNI 70 ANOS

PATROCÍNIO:

**CNI
SESI
SENAI
IEL** **SESI SENAI**